



Agricultura familiar e o acesso ao crédito qualificado: avanços e dificuldades em santa cruz da baixa verde – pe

Family farm and access to credit qualified: progress and challenges in santa cruz da baixa verde - pe

Filipe Augusto Xavier Lima¹, Letícia Paludo Vargas¹, Gustavo Daniel Benítez Castro²,
Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa³, Andrea Cristina Dörr⁴

¹Doutorando(a) do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

³Extensionista Rural do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA).

⁴Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo caracterizar a evolução do acesso ao crédito qualificado para estimular as atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares. A metodologia da pesquisa consiste em duas experiências relacionadas ao acesso ao crédito qualificado: um grupo de nove agricultores familiares associados à Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde, e um grupo de doze mulheres agricultoras associadas à Associação Municipal Mulher Flor do Campo, ambas localizadas no município de Santa Cruz da Baixa Verde, Estado de Pernambuco. Dessa forma, foi realizado duas etapas complementares, sendo a primeira, o mapeamento da evolução do acesso ao crédito qualificado no município, entre os anos de 2008 e 2011, e a segunda, a análise dos dados levantados, realizada por meio de métodos estatísticos. Os resultados mostram que o crédito, na ausência de recursos próprios, é um importante instrumento para custear e investir na produção agropecuária e não agropecuária e, que, concomitantemente, a burocracia para a liberação de créditos continua sendo o principal entrave para um bom desempenho da agricultura familiar de alguns produtores de Santa Cruz da Baixa Verde. Portanto, o que se observou nos dois casos em questão, é que o crédito, na ausência de recursos próprios, é um importante instrumento para custear e investir na produção, e que, concomitantemente, a burocracia para a liberação de créditos continua sendo o principal entrave para um bom desempenho de alguns produtores de Santa Cruz da Baixa Verde.

Palavras Chave: Agricultura familiar, crédito, Extensão Rural, Pronaf

Abstract

This work has as main objective to characterize the evolution of access to credit for qualified stimulate agricultural and non agricultural family farmers. The methodology of this research consists of two experiences related to access to credit qualified: a group of nine farmers associated with the Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde, and a group of twelve women farmers associated with Associação Municipal Mulher Flor do Campo, both located in the municipality of Santa Cruz da Baixa Verde, State of Pernambuco. In this way, we performed two complementary stages, the first being, mapping the evolution of access to credit on qualified municipality, between the years 2008 and 2011, and second, the analysis of the data, performed by statistical methods. The results show that the claim in the absence of own resources, is an important tool to fund and invest in agriculture and non-agricultural production, and that concomitantly bureaucracy to release credit remains the main impediment for a good performance of some of the family farm producers Santa Cruz da Baixa Verde. What was observed in the two cases in question, is that credit in the absence of own resources, is an important instrument to finance and invest in production and, concomitantly, the paperwork for the release of credits remains the main obstacle to good performance of some farmers in Santa Cruz da Baixa Verde.

Keywords: Agriculture, family credit, Rural Extension, Pronaf.

INTRODUÇÃO

A agropecuária, como qualquer outra atividade produtiva, geralmente necessita de uma linha de crédito para viabilizar os dispêndios que são comuns em todas as etapas em um sistema de produção. A agricultura familiar, que nos últimos anos teve a sua importância social, econômica e política reconhecida pelos principais órgãos governamentais voltados ao meio rural, foi assumida como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento rural que vem sendo paulatinamente estimulado no Brasil. Com efeito, o acesso ao crédito, para os agricultores familiares, torna-se fundamental para financiar suas despesas com insumos, investimentos (em máquinas, equipamentos, edificações, etc.) e comercialização dos produtos provenientes de suas produções (LEITE, 2012).

O crédito acessado pelos agricultores, ainda de acordo com Leite (2012), pode ser compreendido como uma antecipação monetária, ou seja, um empréstimo. “Assim, na ausência de recursos próprios que permitam custear a produção, dispor de um programa de crédito específico tem sido uma estratégia importante para sustentar a produção e, conseqüentemente, a oferta de um bem e/ou serviço” (LEITE, 2012). O fato é que, mesmo com a existência de distintas linhas de crédito, nem todos os produtores têm acesso a essa estratégia, principalmente por não se enquadrarem nos perfis ou categorias burocraticamente criadas para delimitar os beneficiários das políticas públicas voltadas aos agricultores familiares.

No que diz respeito ao acesso ao crédito pelos agricultores e suas implicações, a pesquisa empírica que nos serve de base são dois casos específicos bem circunscritos. O primeiro diz respeito a um grupo de agricultores familiares de base ecológica do município de Santa Cruz da Baixa Verde associados à Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável

da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde¹), que é uma associação de agricultores agroecológicos que atua nos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde.

¹ Localizada no município de Triunfo, Estado de Pernambuco, a Adessu Baixa Verde foi fundada no ano de 1996, como resultado da mobilização dos agricultores familiares dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, a partir de reuniões para discussão das condições da atividade agrícola e pecuária da região. Os problemas na liberação de créditos, a assistência técnica insuficiente e o baixo valor na comercialização dos produtos eram alguns dos pontos discutidos nessas reuniões. Atualmente, a Adessu conta com 45 agricultores, dos quais 16 residem no município de Santa Cruz da Baixa Verde e 29 no município de Triunfo (LIMA, 2011).

Para os agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde associados à Adessu Baixa Verde, as maiores dificuldades enfrentadas nos sistemas de produção de base ecológica ainda estão relacionadas a questões, como a falta de crédito e incentivos para a realização da transição agroecológica, o que, na opinião deles, vem comprometendo o desempenho econômico-produtivo da agricultura de base ecológica. Tal dado reforça a ideia de que a disponibilidade de crédito e de incentivos, independentemente do modelo de agricultura adotado, constitui uma ferramenta de fundamental importância para a implantação e manutenção dos sistemas agrários (LIMA, 2011).

O segundo caso pauta-se na experiência de um grupo de mulheres agricultoras que vêm solicitando o acesso ao crédito de forma gradual nos últimos anos, destinando os recursos disponíveis principalmente para a produção da cana de açúcar e a bovinocultura de leite. Essas mulheres são associadas à Associação Municipal Mulher Flor do Campo, localizada no município de Santa Cruz da Baixa Verde e que atualmente conta com aproximadamente 60 associadas. Essa associação foi fundada no ano de 2008 e tem, dentre seus objetivos, estimular a participação e promover a organização das agricultoras e trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção. As principais atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por esse grupo de mulheres estão relacionadas à bovinocultura de leite, produção de milho, feijão, cana-de-açúcar e ao artesanato.

A partir desses dois casos, cabe-nos questionar: como está se dando o acesso ao crédito entre os agricultores familiares?; qual o perfil dos agricultores que estão acessando ao crédito?; qual o perfil daqueles que não estão acessando?; e quais os principais avanços e dificuldades enfrentadas por esses agricultores?

Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo caracterizar a evolução do acesso ao crédito qualificado para estimular as atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, no Estado de Pernambuco, entre os anos de 2008 e 2011. Procurar-se-á ainda, traçar o perfil de dois grupos de agricultores que realizaram a elaboração de propostas de crédito qualificado no ano de 2011, ou, apenas tentaram o acesso ao crédito nos últimos quatro anos, para conseguir algum tipo de financiamento para o custeio e investimento de suas atividades.

A importância desta pesquisa está na possibilidade de contribuir para a compreensão e aprofundamento teórico em torno dos aspectos

relacionados aos avanços e dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no acesso ao crédito qualificado para o financiamento de suas atividades.

Políticas públicas e o acesso ao crédito na Agricultura Familiar

Nos últimos anos, a intervenção do governo no setor agrícola está relacionada, na maioria dos casos, com problemas que interferem, de forma direta ou indireta, nas atividades que dizem respeito à produção e comercialização dos produtos agropecuários. Tais problemas da agricultura podem ser classificados em quatro grupos: o baixo rendimento, a variabilidade dos preços e das produções, o problema estrutural e a delapidação dos recursos (PINHEIRO; CARVALHO, 2003). A política agrícola, que geralmente pode caracterizar-se também como uma política pública, seria um dos instrumentos que o poder público utiliza para corrigir ou amenizar distorções resultantes de problemas diversos. Deste modo, entende-se por política pública:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema (OSZLAK; O'DONNEL, 1976, p. 21).

No Brasil, na esfera das políticas públicas voltadas à agricultura, em 1994, como consequência das reivindicações advindas do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), ocorre a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

Esse programa foi o embrião da primeira e mais importante política pública destinada aos agricultores familiares no Brasil: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, e que representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades da agricultura familiar como categoria social (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009). Isto porque, até aquele momento

não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura. Os critérios estabelecidos para delimitar a agricultura familiar e ter acesso ao Pronaf são citados a seguir:

Trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); residir na propriedade rural ou em local próximo; dispor de área inferior a quatro módulos fiscais; ter renda bruta familiar, nos últimos 12 meses, inferior a R\$ 110 mil; ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar (BRASIL, 2012, p. 8).

A criação do Pronaf representou um importante avanço em relação às políticas públicas anteriores, pois representou uma tentativa de ruptura do modelo agrícola predominante no país, assumindo o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural no Brasil (CARNEIRO, 1997). Como descrito por Mattei (2010), o Pronaf foi criado com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país e se difundiu rapidamente por todas as grandes regiões do país, e atualmente encontra-se presente em quase todos os municípios brasileiros. Para Silva e Schneider (2009), o Pronaf é uma política pública que, além de reconhecer as demandas dos agricultores familiares, “privilegia a gestão local de suas ações, dando forte ênfase ao papel dos municípios e das entidades da sociedade local como ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações, etc.”

Do ponto de vista de Silva e Marques (2009), “no campo do desenvolvimento rural, a implantação do Pronaf concorreu para ebulição do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para a democratização”. O programa vem evoluindo significativamente desde 2002 e atualmente há cinco grupos básicos do Pronaf, com seus respectivos enquadramentos e finalidades. Dentre os beneficiários do programa, estão incluídos os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), reassentados em função da construção de barragens, agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil, agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e agricultores familiares

com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil. Os créditos podem se destinar a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção (BRASIL, 2012).

Ribeiro (2000), ao analisar as características do crédito rural supervisionado e a formação de capital, argumenta que, de forma geral, o agricultor necessita de capital, nesse caso o crédito, para adquirir os elementos indispensáveis para a exploração e manutenção da sua propriedade. O autor ainda ressalta que, o êxito do crédito supervisionado depende de três situações fundamentais: o planejamento para a exploração da propriedade rural e melhoramento no lar; participação da família rural na preparação e execução desses planos; e adequada orientação dada pelos extensionistas (RIBEIRO, 2000).

A região Nordeste concentra o maior contingente de agricultores familiares do País, totalizando quase 50% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira e 32% da área total ocupada pela agricultura familiar no Brasil (GUANZIROLI et al., 2001). É também nessa região somada à região Norte onde se encontra a maioria dos agricultores familiares mais pobres do País. Além disso, o Nordeste tem a área média de seus estabelecimentos menor, se comparada a outras regiões (BUAINAIN, 2007). Constatou-se que a média das propriedades é de 17 hectares, e a região corresponde a 17% de todo o valor bruto da produção nacional, absorvendo 14% do financiamento rural destinado a essa categoria de agricultores (GUANZIROLI et al., 2001).

Em estudos realizados a respeito dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte, Mattei et al. (2007) observam que, no ano de 2005, a região Nordeste do País concentrava 27% dos recursos do programa, demonstrando que um número maior de agricultores estavam acessando esse programa de crédito rural. Por isso, é importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001) ao afirmar que é no Nordeste “onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização.”

Assim, mesmo sendo considerada a região “atrasada” dentro dos parâmetros da “modernização da agricultura brasileira,” sua produção por hectare está acima da média nacional (SABOURIN, 2009). Isso porque a região possui uma grande variedade nos seus sistemas de produção, sendo

muito diversificado o seu leque de produtos ofertados: cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca, arroz, leite, bovinos de corte, aves, entre outros.

É, pois, a partir desse campo de estratégias desenvolvido pelos agricultores familiares que objetiva-se situar, no âmbito dos resultados e discussões, a evolução do acesso ao crédito em Santa Cruz da Baixa Verde, bem como os avanços e dificuldades presentes naquele município.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho foram consideradas duas etapas complementares, sendo a primeira, o mapeamento da evolução do acesso ao crédito qualificado no município de Santa Cruz da Baixa Verde, entre os anos de 2008 e 2011. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental, tendo como fontes, relatórios do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que é o órgão governamental responsável pelos serviços de assistência técnica e extensão rural no Estado, no intuito de caracterizar os tipos de crédito que vêm sendo acessados pelos agricultores no período delimitado nessa pesquisa.

A análise documental, segundo Cellard (2010), pode ser considerada um instrumento precioso para o pesquisador, na medida em que é capaz de eliminar as influências externas presentes em uma pesquisa. Porém, o autor adverte que, para o bom andamento da pesquisa, deve-se levar em consideração o contexto e a natureza do documento, os autores que o redigiram, sua autenticidade, a confiabilidade do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CELLARD, 2010).

O documento também permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (CELLARD, 2010), favorecendo, inclusive, o processo de observação, de maturação, ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc. (TREMBLAY, 1968 apud CELLARD, 2010). Deste modo, foi a partir da referida pesquisa documental dos relatórios do IPA, que se buscou caracterizar, mapear e descrever a evolução do acesso ao crédito qualificado para estimular as atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde.

Para dar suporte aos objetivos propostos, elegeu-se como base desta pesquisa o levantamento de dados de duas experiências relacionadas ao acesso ao crédito qualificado: um grupo de nove agricultores familiares associados à Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra

da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde)², e um grupo de doze mulheres agricultoras associadas à Associação Municipal Mulher Flor do Campo, ambas localizadas no município de Santa Cruz da Baixa Verde.

A segunda etapa foi a análise dos dados levantados, realizada por meio de métodos estatísticos. A estatística, de acordo com Crespo (2009), tem por objetivo tirar conclusões sobre uma determinada população a partir de informações fornecidas por parte representativa dessa mesma população, estabelecendo-se assim a amostra, onde através dos resultados obtidos, o pesquisador pode esclarecer as conclusões e previsões do estudo. O tratamento dos dados coletados pela pesquisa aconteceu através da utilização do *Software Statistical Package for Social Science* (SPSS), que para Bahiense (2009), “é um *software* que permite realizar cálculos complexos e visualizar seus resultados de forma simples e autoexplicativa”.

A partir do uso do *software* foram realizadas análises não paramétricas, considerando as principais características da amostra. Esse tipo de análise, como destacam Neto e Stein (2003), é mais indicada para pesquisas onde não se conhece bem a distribuição da população e seus parâmetros, assim, o eventual desconhecimento da população reforçaria a necessidade e a importância da análise dos dados através dos testes não paramétricos. Finalmente, vale destacar que dentre os procedimentos estatísticos não paramétricos, um dos testes realizados foi o do Qui Quadrado, que ainda de acordo com Neto e Stein (2003), pode ser aplicado quando o objetivo é comparar dois ou mais grupos independentes, não necessariamente do mesmo tamanho, como é o caso deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Santa Cruz da Baixa Verde, a elaboração de propostas de crédito qualificado se faz presente desde a abertura do escritório do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) no município, no ano de 2008. Os créditos acessados pelos agricultores familiares se destinam principalmente para as atividades da cana-de-açúcar (produção de rapadura), bovinocultura de leite, caprinovincultura e atividades não agrícolas, e, vão desde o Pronaf

2 Os dados referentes aos agricultores associados à Adessu Baixa Verde foram extraídos da dissertação intitulada *A Agroecologia e Extensão Rural para o fortalecimento da agricultura familiar: O caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde*, defendida em agosto de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

B até o Pronaf Semi-Árido, merecendo destaque o Pronaf B em parceria com o Agroamigo³, como situado na Tabela 1, onde destaca-se ainda, que os anos que tiveram o maior número de projetos aprovados foram 2008 e 2010, com um total de 217 projetos aprovados por ano.⁴

O ano de 2008 marca a implantação do escritório do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) no município de Santa Cruz da Baixa Verde. Nesse mesmo período ocorreu a consolidação da parceria do Pronaf B com o Agroamigo, financiado com recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esse fato contribuiu para um aumento da demanda por crédito rural pelos agricultores familiares do município, haja vista que nos anos anteriores, os agricultores solicitavam o crédito rural por intermédio de extensionistas de outras unidades do IPA, localizadas em municípios vizinhos, como por exemplo, em Serra Talhada.

O fato do ano de 2010 também ter o maior número de projetos de crédito aprovados, deve-se, principalmente, a ocorrência de uma grande quantidade de renovações nos contratos de créditos por parte daqueles agricultores que tinham solicitado algum financiamento no ano de 2008. O tempo levado para o financiamento do crédito acessado varia entre seis meses e dois anos, entretanto, na maioria dos casos dos produtores de Santa Cruz da Baixa Verde, esse tempo é de dois anos, logo, na medida em que os agricultores encerravam seus antigos contratos, estabelecia-se, na sequência, uma renovação quase que automática. Assim, afirma-se que esse fator, somado as novas propostas que eram realizadas no mesmo ano por outros agricultores, fez com que o ano de 2010, assim como o de 2008, apresentasse um maior número de projetos aprovados no município.

A pesquisa revela que o Pronaf B - Agroamigo é a modalidade de crédito mais acessada entre os agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, apresentando uma significativa evolução no período de 2008 a 2011, como mostra a Figura 1. Isso porque, de acordo com informações contidas na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) dos agricultores do município que

3 O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Inicialmente voltado para o grupo B do Pronaf, esse programa conta com metodologia própria, cuja principal característica é o atendimento integral, a partir da presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades. Dessa forma, o programa incentiva o desenvolvimento de atividades agropecuárias e não agropecuárias (BANCO DO NORDESTE, S.d.).

4 Ressalta-se que o município apresenta índice de inadimplência zero.

Tabela 1. Quantidade de planos aprovados por ano e por modalidade no município de Santa Cruz da Baixa Verde-PE

Modalidade	2008	2009	2010	2011
Pronaf B	162	0	0	0
Pronaf Mulher B	16	0	0	0
Pronaf B - Agroamigo	38	185	216	195
Pronaf C - Investimento	1	0	0	0
Pronaf Consumo	0	2	0	0
Pronaf Comum	0	0	1	0
Pronaf Semi-Árido	0	0	0	8
Total	217	187	217	203

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IPA (2011).

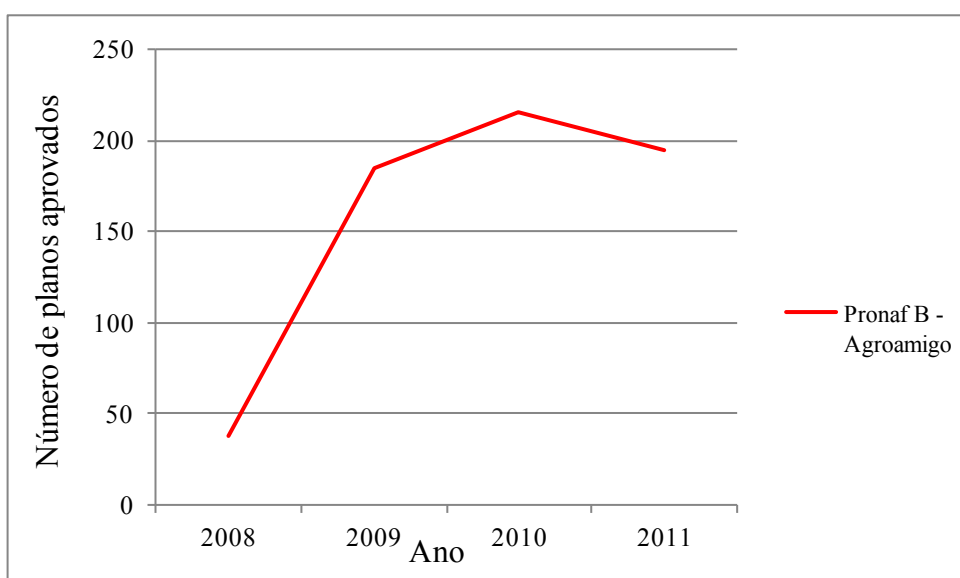


Figura 1. Propostas de Pronaf B - Agroamigo aprovadas entre os anos de 2008 e 2011.

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IPA (2011).

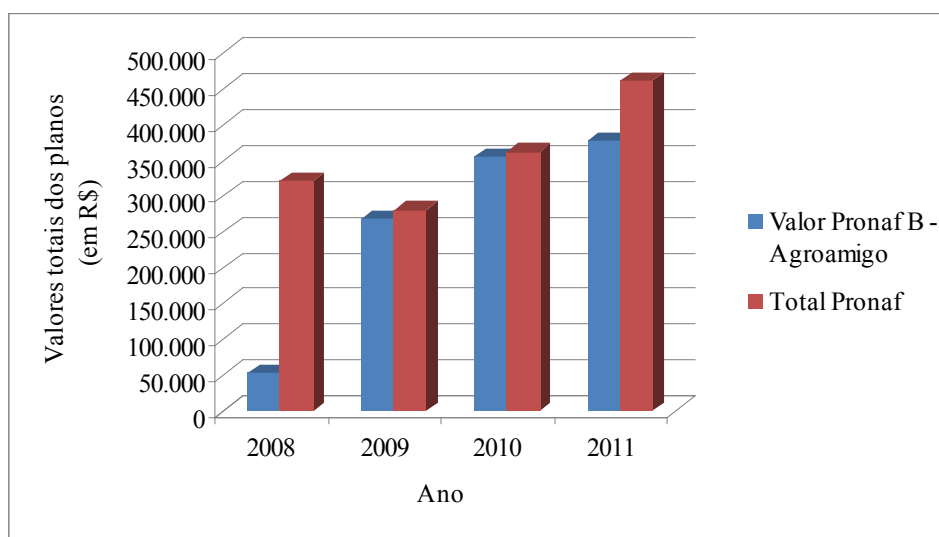


Figura 2. Evolução do Pronaf B – Agroamigo e do total do Pronaf.

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do IPA (2011).

recorreram ao crédito nos últimos quatro anos, a renda bruta anual de suas famílias é de até R\$ 6 mil, o que os enquadra no grupo B (Microcrédito Rural) do Pronaf, cuja finalidade é o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas (BRASIL, 2012).

Ainda se tratando da modalidade Pronaf B - Agroamigo, quando realizada uma comparação com o total de acessos ao Pronaf entre os anos de 2008 a 2011, percebe-se que os valores do mesmo são considerados altos, se confrontados com os valores totais dos planos do Pronaf aprovados no município por ano, conforme demonstra o Figura 2.

Os dados ainda revelam que houve uma redução nas propostas elaboradas para acesso ao Pronaf, na passagem de 2008 para 2009. No que se refere ao montante, observa-se que, o ano de 2009 apresentou uma redução tanto na quantidade de elaboração de propostas de crédito, como no valor total disponibilizado para o Pronaf. Isso se explica fundamentalmente pelo fato de parte dos agricultores familiares ainda estarem vinculados aos seus contratos iniciados no ano de 2008, caracterizando-se, assim, a mesma situação presente na relação 2008/2010, na qual o aumento no número de projetos aprovados e o valor disponível para o Pronaf foram percebidos com maior intensidade somente nos dois anos seguintes, como revelam os índices do ano de 2011.

Na sequência, será apresentada uma análise socioeconômica mais abrangente sobre os dados dos dois grupos e outra sobre os dados levantados de acordo com as especificidades de cada um dos grupos de produtores pesquisados neste trabalho: os

agricultores familiares associados à Adessu Baixa Verde e as agricultoras associadas à Associação Municipal Mulher Flor do Campo.

a) Análise socioeconômica

A partir dos dados da Tabela 2, percebe-se que a média de pessoas nas famílias dos agricultores e agricultoras apresentadas nessa pesquisa é de cinco pessoas, com um desvio padrão de dois para mais ou para menos.

A respeito da renda anual dos grupos de agricultores e agricultoras, percebe-se que ocorre uma variação nos valores totais de seus rendimentos anuais. Na Tabela 3, é possível observar que a média anual de suas rendas é de quase R\$7.500,00 e a renda mínima é de R\$1.260,00. A partir desses dados, constata-se que a variação de renda desses produtores é elevada, pois o desvio padrão se apresenta maior do que a própria média de renda dos dois grupos (pouco menos que R\$ 9 mil).

Em contrapartida, os tipos de políticas públicas acessadas pelos produtores dos dois grupos analisados, não se apresentam de forma muito variada, já que se trata de agricultores familiares, com políticas específicas e diferenciadas voltadas para essa categoria social. Nesse sentido, conforme demonstra o Quadro 1, quase a metade dos produtores acessa ou acessou as categorias inseridas no Pronaf, especificamente as modalidades B e C, totalizando 47,7% dos agricultores que fazem parte do universo desta pesquisa.

Analisando a condição fundiária dos agricultores da Adessu Baixa Verde e das agricultoras da Associação Mulher Flor do Campo, a Figura 3 revela que a maioria dos produtores possui terras próprias para o desenvolvimento de suas ativida-

Tabela 2. Número de pessoas nas famílias dos dois grupos

	Mínimo	Máximo	Média	d.p.
Número de pessoas na família	2	10	4,89	2,47

N=18

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

Tabela 3. Renda familiar total anual para os dois grupos

Renda familiar (em R\$) N=18	
Média	7.466
d.p.	8.812
Mínimo	1.260
Máximo	38.400

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

Quadro 1. Tipo de política acessada pelos dois grupos

	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Banco do Nordeste	1	4,8	19,0
Garantia safra	1	4,8	23,8
Não acessa	6	28,6	52,4
Pronaf B	9	42,9	95,2
Pronaf C	1	4,8	100,0
Total	21	100,0	

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

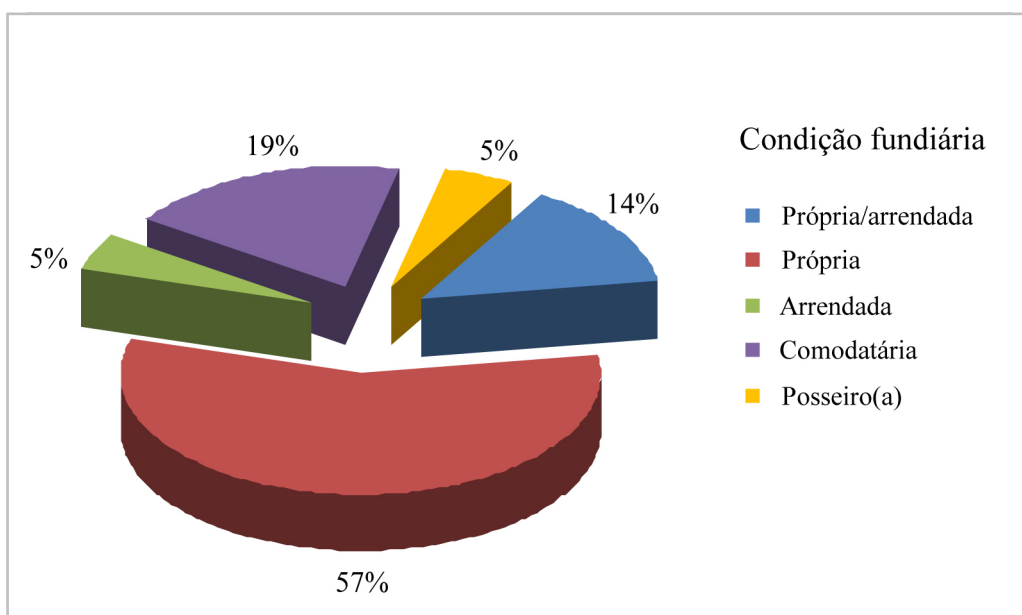


Figura 3. Condição em relação à posse e uso da terra.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

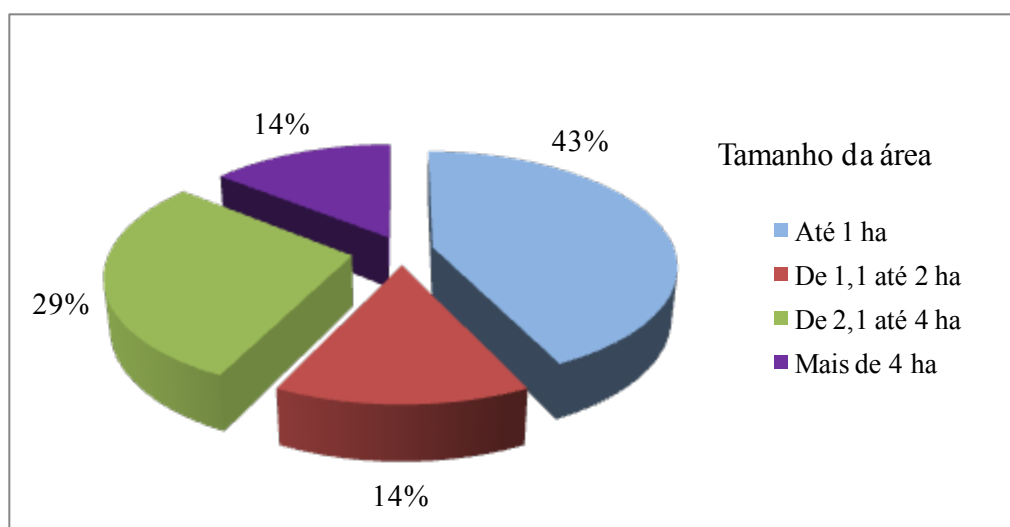


Figura 4. Tamanho das propriedades dos agricultores.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

des agropecuárias. Cabe destacar ainda, que 19% dos produtores dos dois grupos encontram-se na situação de comodatário(a), ou seja, produzem em terras que são emprestadas de forma gratuita por terceiros, geralmente parentes dos produtores ou outros agricultores familiares do município. Também existem agricultores que possuem suas terras próprias e produzem em áreas arrendadas, a fim de aumentar sua dinâmica econômico-produtiva, bem como existe uma minoria na condição de posseiro(a) ou arrendatário(a).

O tamanho das propriedades é variável entre os agricultores dos dois grupos. Os dados levantados revelam que a maior área média entre as propriedades é de 22 hectares, pertencente a um agricultor associado à Adessu Baixa Verde, e a menor área é de 0,8 hectares, de uma agricultora da Associação Mulher Flor do Campo. Os tipos de produção bem como as quantidades produzidas variam de importância entre os agricultores. A maioria dos produtores possuem a área total de seus estabelecimentos de até 1 hectare e apenas 14% dos produtores possuem áreas acima dos 4 hectares, como demonstra o Figura 4.

b) Análise dos dados por grupos

Na Tabela 4, a seguir, é feita uma caracterização dos dois grupos de produtores de acordo com a área, a escolaridade e a renda. A partir dos dados apresentados, é possível observar que o grupo de agricultores associados à Adessu Baixa Verde utiliza maior superfície de área do que o grupo

de agricultoras ligadas à Associação Mulher Flor do Campo. Além disso, existe uma diferença ao nível de 5% de significância na área total entre os dois grupos.

O grupo de agricultores familiares da Adessu Baixa Verde apresenta maior nível de escolaridade (média de 8 anos) quando comparado ao nível das agricultoras da Mulher Flor do Campo (média de 5,5 anos). Assim, a diferença também ocorre ao nível de 5% de significância na média do nível de escolaridade entre os dois grupos.

A respeito da renda bruta anual, a média do grupo da Adessu é de R\$13.467,00, enquanto que a média do grupo da Associação Mulher Flor do Campo está bem abaixo desse número, atingindo o valor de R\$2.965,00. Nesse caso, a diferença está ao nível de 1% de significância quando comparados os dois grupos.

Quanto ao acesso às políticas públicas pelos dois grupos, argumenta-se que há uma diferença entre eles, pois no grupo da Adessu Baixa Verde, constata-se que menos da metade dos produtores (45,5%) acessou algum tipo de política pública ao menos uma vez. Por outro lado, entre as agricultoras associadas à Mulher Flor do Campo, 90% já tiveram acesso às políticas pelo menos uma vez, conforme demonstra a Tabela 5 a seguir.

A partir das informações relacionadas ao acesso ao crédito e por meio do levantamento de dados realizado nessa pesquisa, é possível afirmar que a principal fonte de renda das agricultoras da Associação Mulher Flor do Campo vem da

Tabela 4. Caracterização dos grupos de acordo com a área, a escolaridade e a renda

Variável	Grupo Adessu Baixa Verde (N=9) Média (d.p.)	Grupo Mulher Flor do Campo (N=12) Média (d.p.)	T Teste, Chi ²
Área (ha)	6,52 (6,99)	1,59 (0,85)	0,025**
Nível de Escolaridade (anos)	8,00 (3,00)	5,5 (1,73)	0,026**
Renda (R\$)	13.467 (10.995)	2.965 (1308)	0,004***

*Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; ***Significativo a 1%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

Tabela 5. Acesso a políticas públicas pelos dois grupos

	Adessu Baixa Verde (%)	Mulher Flor do Campo (%)
Acessou uma política pública pelo menos uma vez	45,50	90,00
Nunca acessou	55,50	10,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

Quadro 2. Comparação entre a renda familiar anual e o valor do crédito acessado pelas agricultoras da Mulher Flor do Campo

Variáveis	Média	d.p.
Renda familiar anual (R\$)	2.965,00	1308,00
Valor do crédito acessado (R\$)	1.753,00	317,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Lima (2011) e IPA (2011).

comercialização dos produtos derivados da cana de açúcar, como por exemplo, o mel de engenho e a rapadura. Esses produtos geralmente são comercializados de forma individual em feiras e eventos. Assim, as agricultoras vêm solicitando o acesso ao crédito de forma gradual nos últimos anos, destinando os recursos disponíveis principalmente para a produção da cana de açúcar e a bovinocultura de leite.

No caso dos agricultores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, a dificuldade em acessar o crédito está intimamente ligada ao fato de que parte da renda dessas famílias não é proveniente essencialmente da agricultura, haja vista que alguns dos membros dessas famílias desenvolvem outras atividades econômicas que não são necessariamente agrícolas.

Significa, noutros termos, afirmar que é o fato de se constituírem como famílias pluriativas, isto é, por combinarem atividades agrícolas com outras formas de ocupação não necessariamente agrícolas, que lhes tem impedido de acessar alguma das linhas de crédito do Pronaf. O fato é que a renda das famílias é um dos requisitos destacados pelo programa para delimitar seu público beneficiado, como já situado neste trabalho.

Esse enquadramento técnico ideológico presente no Pronaf é apontado pelos agricultores da Adessu Baixa Verde como um sério obstáculo na viabilização do processo de transição agroecológica (LIMA, 2011). Tais exigências governamentais têm suscitado, conforme observa Carneiro (2006), um polêmico debate em torno das preocupações sobre o limite permitido do rendimento não agrícola na renda familiar, de modo a não descaracterizar o produtor como um “verdadeiro agricultor.”

Entretanto, é possível admitir que a pluriatividade vem sendo reconhecida como estratégia de reprodução social na agricultura familiar, pois, conforme discutido na literatura, atualmente, a agricultura familiar representa uma forma estável de organização social, e a pluriatividade seria capaz, de forma versátil e flexível, de contribuir para a manutenção da própria agricultura familiar (ETXEZARRETA et al., 1995 apud SCHNEIDER et al., 2006).

Assim sendo, como destaca Carneiro (2006), “é possível supor que a remuneração decorrente de atividades não agrícolas possa aumentar a autonomia do agricultor diante, por exemplo, das agências de crédito.” Isso porque, acrescenta a autora, com a renda obtida nas atividades não agrícolas, o agricultor pode financiar por conta própria os investimentos na sua produção, evitando o endividamento com o sistema creditício e uma possível situação de subordinação (CARNEIRO, 2006).

Finalmente, no Quadro 2, onde é realizada uma comparação da renda familiar anual com o valor do crédito acessado pelas agricultoras da Associação Mulher Flor do Campo, percebe-se que a renda média anual do grupo é de R\$2.965,00 e a média do valor do crédito acessado é de R\$1.753,00.

Por esse meio, verifica-se que o desvio padrão da renda desse grupo de agricultoras é elevado. Assim, constata-se que algumas agricultoras acessaram valores de crédito bem superiores ao seu rendimento anual, o que por vezes pode levar a uma situação de dependência do agricultor no que diz respeito ao crédito rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se caracterizar a evolução do acesso ao crédito qualificado no município de Santa Cruz da Baixa Verde, entre os anos de 2008 e 2011. A partir disso, a atenção esteve voltada para dois grupos de agricultores que realizaram a elaboração de propostas de crédito durante o ano de 2011, ou, apenas tentaram o acesso ao crédito nos últimos quatro anos, para conseguir algum tipo de financiamento para suas atividades agropecuárias ou não agropecuárias. O estudo centrou-se fundamentalmente no tema do crédito, procurando identificar os fatores e circunstâncias que favorecem ou dificultam o seu acesso por parte dos agricultores familiares. Dessa forma, como se procurou aqui demonstrar, o crédito é considerado um importante instrumento para viabilizar o custeio e investimento dos agricultores familiares, principalmente daqueles com baixa rentabilidade

e que produzem em pequenas áreas, pois permite que sejam feitas intervenções ou melhorias na propriedade rural, sem comprometer, geralmente, a situação econômica dos produtores e da sua família, pelas condições diferenciadas no pagamento (taxas de juros, período de carência, etc.) e pelo período de tempo oferecido pelas instituições para quitar a dívida - o município aqui em questão apresentou o índice de inadimplência zero, durante os quatro anos analisados na pesquisa.

Apesar de ser possível reconhecer que alguns dos agricultores dos grupos apresentados neste trabalho possuem características semelhantes, como por exemplo, o tamanho da propriedade, o número de pessoas nas famílias, ou até mesmo a renda em alguns dos casos, são principalmente, as suas diferenças que contribuem para uma melhor compreensão do que vem acontecendo em relação ao acesso ou as dificuldades em se acessar o crédito qualificado em Santa Cruz da Baixa Verde. De um lado, agricultores familiares de base ecológica ligados à Adessu Baixa Verde, com uma diversidade de produtos agroecológicos em seus sistemas de produção, mas que enfrentam sérias dificuldades em acessar o crédito por não se enquadrarem em uma das modalidades do Pronaf. Do outro lado, um grupo de mulheres vinculadas à Associação Municipal Mulher Flor do Campo, que vêm conseguindo acessar de forma gradual o crédito nos últimos anos, para a produção de cana de açúcar e a bovinocultura de leite.

Traçar o perfil desses dois grupos de agricultores foi fundamental para entender como dinâmicas socioeconômicas, produtivas e organizacionais de agricultores familiares podem influenciar na sua reprodução social. O grupo de agricultoras ligadas à Mulher Flor do campo, ao mesmo tempo em que obtém o crédito com maior facilidade, não consegue ter rendimentos elevados em sua renda bruta anual, apesar de evidenciar-se alguma melhora em certos casos levantados. Os agricultores familiares da Adessu Baixa Verde, por sua vez, apesar de esbarrarem nas exigências burocráticas criadas para acessar o Pronaf, apresentam índices de rendimentos superiores aos das agricultoras da Mulher Flor do Campo. Entretanto, os dados não permitem afirmar que esses agricultores apresentam um melhor desempenho produtivo do que o grupo das agricultoras, isso porque, o fato de suas rendas estarem mais elevadas deve-se, principalmente, a outra estratégia utilizada pelos agricultores familiares para a sua reprodução, enquanto categoria social, a pluriatividade. Assim, o que se observou nos dois casos em questão, é que o crédito, na

ausência de recursos próprios, é um importante instrumento para custear e investir na produção agropecuária e não agropecuária e, que, concomitantemente, a burocracia para a liberação de créditos continua sendo o principal entrave para um bom desempenho da agricultura familiar de alguns produtores de Santa Cruz da Baixa Verde.

REFERÊNCIAS

- BAHIENSE, J. **Análise Estatística Utilizando o SPSS - Guia prático de comandos**. Salvador, BA. 2009. Disponível em: <<http://www.prograd.uff.br/estatistica/sites/default/files/Apostila-SPSS.pdf>>. Acesso em 20 out 2012.
- BANCO DO NORDESTE. **Agroamigo – Apresentação**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/agroamigo/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em 31 nov 2012. [entre 2009 e 2012].
- BRASIL. **Cartilha de acesso ao Pronaf - Saiba como obter crédito para a Agricultura Familiar**. Sebrae e Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília/DF, 2012.
- BUAINAIN, A. M. et al. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, abril 1997, 70-82.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

- LEITE, S. P. Crédito rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- IPA. INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO. **O retorno da Extensão Rural em Santa Cruz da Baixa Verde**. Relatório Técnico. Santa Cruz da Baixa Verde, 2011.
- LIMA, F. A. X. **A Agroecologia e Extensão Rural para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde – Pernambuco**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.
- MATTEI, L. et al. **Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. “Conhecimentos para Agricultura do Futuro”. Londrina: 2007.
- MATTEI, L. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 18, v. 1, abril 2010, 56-97.
- NETO, A. A. H.; STEIN, C. E. **Uma abordagem dos testes não-paramétricos com utilização do excel**. 2003. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2_282/material/textos/artigo_11_09_2003.pdf>. Acesso em 18 out. 2012.
- OSZALAK, O.; O'DONNELL, G. **Estado y políticas estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación**. Buenos Aires: CLACSO, 1976.
- PINHEIRO, A. C. A.; CARVALHO, M. L. S. **Economia e Políticas Agrícolas**. Edições Sílabo, Lisboa-Portugal, 2003.
- RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; CASTILHO E SILVA, C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do Pronaf – Infra-estrutura e Serviços. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2009.